



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO
Comarca/Juízo: Canaã dos Carajás
Polo/Região Judiciária: Carajás
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO

EDITAL DE CORREIÇÃO
Data da publicação: 26/02/2024
Data da abertura da correição: 03/06/2024
Data do encerramento da correição: 04/06/2024
Observações:

DADOS GERAIS DA SERVENTIA	
Nome oficial da serventia: 1º Ofício de Canaã dos Carajas – “Cartório Bandeira”	
Código Nacional da Serventia (CNS): 13.04.43	CNPJ: 31.469.235/0001-50
Endereço: R. Getulio Vargas, Nº 42, Bairro Novo Horizonte, Cep 68.356-101	
Telefone fixo: Não	Celular: (94) 99291-1793
e-mail: cartoriocanaadoscarajas@gmail.com	Celular Plantão (RCPN): (94) 99102-0873 (94) 99203-7335
ATRIBUIÇÕES	
(X) Tabelionato de Notas (X) Tabelionato de Protesto () Registro de Imóveis () Registro de Títulos e Documentos	(X) Registro Civil das Pessoas Naturais () Registro Civil das Pessoas Jurídicas () Registro de Distribuição

DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE

IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)	
Nome do(a) Responsável pelo Cartório: Kécio Bandeira Barra	
Status do(a) responsável: (X) Titular () Interino(a) () Interventor(a)	CPF: 961.754.003.72
Endereço: R. Ametista, Nº 390, Bairro Jardim das Palmeiras	Ato de nomeação: Data da posse / exercício: 15/06/2018
Telefones: (31) 97337-3131	E-mail: kelciobandeiraadv@hotmail.com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL	
<input type="checkbox"/> Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: Antônia Janaina Soares de Faria	
CPF: 026.876.882-07	Portaria de designação:04/2021
Endereço:	Telefones: (94) 99136-3812 E-mail: jannayna71@gmail.com
1	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas? <input checked="" type="checkbox"/> Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. <input type="checkbox"/> Irregular. Motivo: Observações/Providências:
PREPOSTOS	
<input type="checkbox"/> Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
2	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Apresentado em Correição.
3	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
4	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Apresentada em correição. Encaminhada em PDF.
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO	
5	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispendo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: A serventia funciona em prédio alugado, desde 2018. As atuais instalações não mais atendem adequadamente ao serviço diante do porte da serventia (Classe 3), cuja arrecadação mais do que dobrou nos últimos anos. O arquivo possui pouco espaço, e os livros estão amontoados. Não possui ainda espaço de tecnologia da informação com refrigeração, em desacordo com os provimentos do CNJ nº 74/2018 e 149/2023. Segundo informou o titular, está em fase de construção um prédio próprio, com o dobro da área do atual, totalizando 410 (quatrocentos e dez) metros quadrados, com previsão de conclusão ainda este ano, de modo a adequar a todas as necessidades da serventia.
6	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
7	Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8	<p>Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados:</p> <p>a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços;</p> <p>b) horário de funcionamento;</p> <p>c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos.</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
9	<p>Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi relatado que o Município não exige Alvará, quanto ao alvará do Corpo de Bombeiros, já foi solicitado. Há 02 (dois) extintores de incêndio dispostos na servetnia, conforme exigência do Corpo de Bombeiros.</p>
10	<p>As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Parcialmente. Estão acondicionadas em sala própria, protegida por porta com chave e acesso restrito. Todavia, os livros estão amontoados e não estão devidamente organizados, diante da falta de espaço. Os livros estão em pastas e não se encontram encadernados.</p>
11	<p>Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
13	<p>As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO	
15	<p>O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não houve reclamação por ocasião da correição.</p>
16	<p>Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Reside na Comarca com a família e comparece diariamente ao cartório.</p>
17	<p>A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: O horário de atendimento é de nove horas diárias, conforme autorizado pelo Juiz Corregedor, mediante pagamento de horas extras. Tal providência se faz necessária, segundo o delegatário, em razão da grande demanda de funcionários da mineradora Vale do Rio Doce, que somente podem comparecer após o seu expediente, exigindo o funcionamento por mais uma hora. Existe autorização do juiz corregedor local para tal ocorrência.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

18	Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: O próprio sistema de senhas gera a prioridade, dividido por especialidade.
19	Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Senhas eletrônicas com chamado eletrônico.
20	O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Possui um total de 14 colaboradores, sendo 02 (dois) sbstitutos, 11 (onze) escreventes e 01 (um) auxiliar.
21	As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Na área destinada ao público.
22	É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Apresentado em correição um modelo de recibo
23	O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Não houve reclamação por ocasião da correição.
24	São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
25	As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Quando ocorreu realizou a comunicação por ofício. Todavia, já conhece o procedimento que deve ser feito via PJE, estando a serventia já cadastrada no sistema como procurador.
26	A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
27	Existem práticas viciosas a serem coibidas? () SIM (X) NÃO Observações/Providências: Não foram constatadas por ocasião da correição.
DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO	
28	Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

29	Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
30	Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Back up diário em nuvem da empresa extradigital. Existe também o back up fisivo feito no HD, externo feito ao final do dia, permanecendo na serventia.
31	Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Ambos tecnólogos em serviços notarias e registrais, realizados pela Universidade Estacio, totalizando .
32	Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
33	Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
34	Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
35	Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: O livro não estava impresso em desconformidade com expressa determinação do Código de Normas do TJ PA. O titular justificou o fato em razão de uma consulta feita à corregedoria, por ocasião da última correição, apresentado um documento entregue ao servidor da corregedoria, relatando que havia uma distorção de números de livros da antiga interina e atual gestão desde 2018. Por esta razão aguardaria, até hoje, uma resposta. Procedendo a verificação do livro no sistema, percebe-e que a escrituração atende à identificação do próprio ato.
36	Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: Possui escriturado eletronicamente, não havendo valores relevantes depositados
37	O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Devidamente alimentado.
38	O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

39	<p>A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu escritório, conforme determina o Provimento n.º 149/2023 (art. 149) do CNJ? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Utilizam o sistema extrajudicial.</p>
40	<p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apenas para serviços internos, cobrando-se 0,80 (oitenta centavos)</p>
DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS	
41	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
42	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
43	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital? (Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento). (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Verificado em correição.</p>
44	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Verificado em correição.</p>
45	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
46	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: imediatamente, conforme constatato em correição.</p>
47	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apenas 11 selos digitais em processo de notificação no PA-MEM-2024/31101, conforme relatório situacional.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

48	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ) () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
49	<p>Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Procedemos conforme Provimento 13/2023 CGJ - TJPA</p>
50	<p>A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sem ocorrências quanto à falta de selos</p>
51	<p>A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Através do Sistema extradigital.</p>
52	<p>Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Realizada em correição.</p>
CERTIDÕES NEGATIVAS	
53	<p>Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRM/CJCI? () SIM () NÃO (X) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
54	<p>Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: De acordo com o relatório Situacional apresentado pela Seplan.</p>
55	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentadas em correição.</p>
56	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentadas em correição.</p>
57	<p>Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentadas em correição.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

58	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Apresentadas em correição.
59	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Apresentadas em correição.
60	Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Apresentadas em correição.
61	Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	
62	O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta?" (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: A oficial de cumprimento é a substituta Antônia Janaina
63	Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: É comunicado conforme parametrização do próprio sistema, mas não é utilizado o campo de observações para registrar a análise subjetiva da operação.
64	O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
65	O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
66	O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art.145, caput) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: Pelo Sistema Extradigital. Não se trata de cadastro específico.
67	O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ ? (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: Pelo Sistema Extradigital. Não se trata de cadastro específico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

68	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Pelo Sistema Extradigital. Não se trata de cadastro específico.</p>
PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)	
69	<p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

70

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)

OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

- SIM NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

- SIM NÃO

Observação:

Link de comunicação de dados megabits:*

- 2 Megabits 5 Megabits 10 Megabits Mais de 10 Megabits

Observação:

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

- SIM NÃO

Observação: Inadequado ao Provimento CNJ 74/2018.

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

- SIM NÃO

Observação: O servidor encontra-se no arquivo, sem qualquer refrigeração, havendo temperatura elevada no ambiente do arquivo. Inadequado ao Provimento CNJ 74/2018

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

- inexistente físico virtual

Observação:

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

- SIM NÃO

Observação: Sistema Extradigital

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

- SIM NÃO

Observação: Inadequado ao Provimento CNJ 74/2018

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

- SIM NÃO

Quantos? (especificar)

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

- SIM NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

- SIM NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

- SIM NÃO. Especificar

Observação:

Possui software antivírus e antissequestro?

- SIM NÃO

Observação: Kerpesky

Possui firewall?

- SIM NÃO

Observação:

Possui proxy?

- SIM NÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	<p>Observação: Inadequado ao Prov. 74/2018</p> <p>Possui banco de dados? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte? Observação: Empresa de TI, chamada Scorpion. Sendo dois funcionários que prestam este serviço à serventia.</p>
PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJ Nº 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD	
71	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
72	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
73	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sebastião Cardoso dos Santos Junior.</p>
74	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
75	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentado em correição.</p>
PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)	
76	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Estão integrados ao CRC, mas ainda com pendências de alimentação de dados no sistema.</p>
TÓPICO DE ENCERRAMENTO	
78	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
79	<p>Outras observações: Ao final dos relatórios</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS	
1	<p>Mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Porém, não há classificação documental adequada, apresentando desorganização, muitos livros pendentes de encadernação (09 de nascimento e 01 de casamento), além dos livros mais antigos se encontrarem com folhas soltas sem encadernação (pastas azuis)</p>
2	<p>Todos os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foram consultados os últimos livros em encerrados e em uso referente à atribuição</p>
3	<p>São feitas as remissões recíprocas e encaminhadas as comunicações com resumo do assento, dos registros ou averbações levadas a efeito na Serventia, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, no prazo de cinco dias, consoante o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi colacionada evidência referente ao óbito lavrado em nome de Adonel Rodrigues dos Reis (comunicação via CRC para o Cartório de Conceição do Araguaia)</p>
4	<p>São feitas as anotações nos atos anteriores das comunicações recebidas de outras serventias no prazo de cinco dias consoante disposto no arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
5	<p>Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, consoante o disposto no art. 67, §1º, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Utilizam o e-proclamas e afixam no mural</p>
6	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro "D – de registro de proclamas", prevista nos arts. 33, inc. VI, e 43, ambos da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
7	<p>Há juiz de paz na serventia? Como é feita sua remuneração? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
8	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento (lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais), conforme dispõe o art. 50, caput, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o último livro encerrado (nº 61) bem como o em uso</p>
9	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de casamento (distrito de residência de ao menos um dos nubentes), conforme dispõe o art. 67, caput, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o último livro encerrado (nº11) e o que está em uso. Foi verificado o arquivo de habilitação de casamentos constando instrução com declaração de residência dos nubentes. O livro auxiliar – B01 contem quantidade superior de páginas pois contempla folhas soltas, com o termo de casamento além do registro.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de óbitos (lugar do falecimento ou no lugar de residência do <i>de cujus</i>), conforme dispõe o art. 77, caput, da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o último livro encerrado número 07 e o que está em uso.</p>
11	<p>O registro tardio de nascimento é feito no lugar de residência do interessado mediante requerimento, impressão datiloscópica e fotografia do registrando, com 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas e entrevistadas pelo Oficial e demais requisitos do Provimento nº 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 2º da Lei Federal 8.560/92? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: O encaminhamento é feito através do malote digital, nos termos do Art. 207 do provimento 149 do CNJ. Protocolam fisicamente no fórum.</p> <p>Deve ser orientada a encaminhar pelo Sistema PJE, assim como todos os demais procedimentos de consulta e dúvida. (classe 123 – averiguação de paternidade/assunto 5804 – investigação de paternidade)</p>
13	<p>Finalizado o procedimento de alteração de nome previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 6015/73, têm sido feitas as comunicações necessárias aos órgãos de identificação civil e TSE, preferencialmente por meio eletrônico? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foram consultados os arquivos (verificar os comprovantes de comunicação)</p>
14	<p>Está sendo cumprido o Provimento CNJ nº 149/2023 quanto aos itens abaixo?</p> <ul style="list-style-type: none">- prestar as informações suficientes para individualizar a pessoa requerente (nome anterior, nome atualizado, nome dos pais, data de nascimento, documento de identidade e CPF), em documento cuja autenticidade possa ser verificada; (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO- informar à pessoa interessada que a retificação do seu prenome no Cadastro Eleitoral deverá ser por ela requerida à Justiça Eleitoral, mediante operação de revisão, o que é indispensável para possibilitar que certidões eleitorais e o caderno de votação contemplem o nome atual (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO <p>Observações/Providências: Não ocorreram casos, mas estão cientes da obrigatoriedade.</p>
15	<p>Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73? () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apenas no mural há um aviso mas não é ostensivo nem de fácil leitura e acesso ao público.</p>
16	<p>É observado o sistema de plantão nos sábados, domingos e feriados, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal 8.935/94? Possui aviso ao público do horário e local do plantão da serventia? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Consta aviso na parte externa da serventia</p>
17	<p>Nos assentos de nascimento e óbito é obedecida pelo registrador, a grafia correta no nome dos registrandos, bem como é observada a vedação legal de registro de prenomes que exponham ao ridículo? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Realizam pesquisas e suscitam dúvidas ao Juízo quando a parte não concorda com a recusa do registro</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

18	<p>Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação nº 43/CNJ/2019? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
19	<p>Está sendo obedecido o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para encaminhamento dos dados registrais das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, para os Institutos de Identificação, para efeito de emissão de registro de identidade, nos termos do Provimento 149/2023 -CNJ? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Relatam que não ocorreram casos ainda.</p>
20	<p>Os registros de nascimento e os assentos de óbitos contêm os requisitos exigidos, respectivamente, dos arts. 54 e 80 da Lei Federal n. 6.015/73, bem como seguem os padrões mínimos definidos pelo Provimento 63/2017- CNJ e Provimento 149/2023-CNJ? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
21	<p>A Serventia formaliza a notificação ao Juiz Corregedor Permanente, Ministério Público e/ou Polícia em caso de registros de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: a serventia mantém pasta com essas comunicações ao MP e Juízo</p>
22	<p>São atendidas as determinações do Provimento nº 149/2023 do CNJ que instituiu a Central de Registro Civil – CRC, quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Há pendências no sistema alice, porém, o registrador informa que a serventia foi instalada apenas em 2008, e, portanto os arquivos anteriores permanecem em Parauapebas e não foram encaminhados.</p>
23	<p>O acervo da serventia está digitalizado e integrado aos sistemas CRC e SIRC? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ainda existem pendências na CRC para integração dos arquivos referentes ao período de instalação da serventia, conforme sistema alice. Quanto ao SIRC foram gerados relatórios de erros referente ao último ano, existindo várias divergências que precisam ser tratadas pela serventia. A maior quantidade é relativa a registros de nascimentos.</p>
24	<p>São encaminhadas as comunicações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais repartições e autoridades, consoante disposto no art. 49 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentadas as ultimas comunicações</p>
25	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia mudará de prédio</p>
26	<p>A serventia está cumprindo as disposições do Provimento 149/2023-CNJ que trata sobre o cadastro, no Justiça Aberta, das unidades interligadas em funcionamento nos hospitais e maternidades? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Parcialmente pois não constam as informações no sistema Justiça aberta. A regularização precisa ocorrer junto ao CNJ, pois encaminharam a documentação para a CGJ/PA quando deveriam ter encaminhado ao CNJ diretamente para alimentação</p>
27	<p>Providências a serem adotadas:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS

TABELIONATO DE NOTAS	
1	<p>A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
2	<p>Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, conforme análise por amostragem</p>
3	<p>Mantém fichário de cartões de autógrafo? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: físico e eletrônico.</p>
4	<p>No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
5	<p>É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
6	<p>Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não foi encontrada escritura nestas condições</p>
7	<p>O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme verificação por amostragem dos atos praticados,</p>
8	<p>Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Da verificação dos livros, constatou-se irregularidade na encadernação dos livros. Os livros antigos da antiga titular encontram-se em pastas com folhas de plásticos separadas por página. Já os livros do atual titular estão dentro de um único saco plástico sem a providência de encadernação. Tal prática afigura-se bastante grave e merece a atenção desta corregedoria no sentido de coibir tal prática, uma vez que o grande objetivo dos cartórios extrajudiciais é garantir segurança e perenidade aos atos praticados no interior de suas serventias. A prática aqui narrada enfraquece todo o sistema de registros e deve ser imediatamente cobida, devendo o Sr. Titular providenciar imediatamente um profissional para proceder a encadernação de seus livros em capa duto de modo a preservar o acervo.</p>
9	<p>A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 149/2023-CNJ? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Realiza diversos atos pelo e-notariado.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10	<p>A Serventia já institui a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 295 do Provimento 149/2023-CNJ? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Pelo E-notariado.</p>
11	<p>Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subseqüente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 149/2023 e nº 56/2016 do CNJ? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não há pendências</p>
12	<p>Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
13	<p>O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Existem livros de autenticidade.</p>
14	<p>O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 149/2023-CNJ) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme verificação realizada por amostragem.</p>
15	<p>Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil, (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
16	<p>O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 167, § 3º) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 149/2023) () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não ha pendências.</p>
18	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 149/2023) () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não há pendências</p>
19	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Regularmente acessado.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

20	Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
21	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Foi informado que o módulo rural local são 4ha.
22	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
23	Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Exigem a certidão.
24	A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
25	Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Disponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014) <u>29/05/2024</u> Observações/Providências:
26	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
27	Providências a serem adotadas:

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - TABELIONATO DE PROTESTOS

TABELIONATO DO PROTESTO DE TÍTULOS	
1	Os títulos e documentos de dívida recepcionados, apresentados ou distribuídos no horário regulamentar são protocolizados dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, obedecendo à ordem cronológica da entrega (art. 8º da Lei 9.492/97)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: A maioria é recebida via sistema (CENPROT). Foi verificado o arquivo físico pois a caixa econômica ainda envia fisicamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2	<p>Os protestos são registrados no prazo legal, sendo o respectivo instrumento entregue ao apresentante com as informações exigidas pelo art. 20 da Lei 9.492/97? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
3	<p>As importâncias referentes a títulos resgatados são imediatamente entregues a quem de direito (1º dia útil subsequente ao pagamento)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foram verificados os arquivos</p>
4	<p>O registro do protesto e seu instrumento contêm todos os requisitos legais, consoante o disposto no art. 22 da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o último livro encerrado (nº 184)</p>
5	<p>Os documentos que instruem os atos praticados são mantidos em arquivo, consoante o disposto no art. 35 da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Os arquivos não estão classificados por atribuição, mas possuem tudo lançado no sistema extradigital</p>
6	<p>O Livro de Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações previstas no art. 32 da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
7	<p>A escrituração do livro de Protocolo é encerrada diariamente, constando do termo de encerramento o número de documentos apresentados no dia, sendo a data da protocolização a mesma do termo diário do encerramento, consoante o disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei Federal 9.492/97? () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia apresentou o livro de apontamentos, mas não o de protocolo com encerramento diário e demais informações do art. 32 da lei de protestos</p>
8	<p>O Livro de Registros de Protestos existe (na forma física ou por meio eletrônico, art. 35, §2º, da Lei Federal 9.492/97) e sua escrituração está formalmente regular? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Mantém na forma física e eletrônica</p>
9	<p>É exigido o reconhecimento de firma nas declarações de anuência para cancelamentos de registro de protesto, conforme o disposto no art. 26, §1º, da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: As anuências encaminhadas via CENPROT são com assinatura digital e foram apresentadas evidências das anuências físicas, constando essa informação.</p>
10	<p>Os cancelamentos de registro de protesto encontram-se devidamente assinados pelo Tabelião Titular, seus Substitutos ou Escreventes Autorizados, conforme art. 26, §5º, da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: É aposta etiqueta autoadesiva de cancelamento no registro contendo a assinatura do escrevente autorizado, e a serventia entrega certidão de cancelamento de protesto à parte</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

11	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração dos índices a que se refere o art. 34 da Lei Federal 9.492/97, podendo ser elaborados pelo sistema de fichas, microfichas ou banco eletrônico de dados? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificada a existência dos índices em cada livro</p>
12	<p>A localização dos registros de protestos e seu cancelamento nos índices são feitos de forma rápida e confiável? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: via sistema extradigital</p>
13	<p>As intimações são feitas de modo que o recebimento fique assegurado e comprovado por meio de protocolo, aviso de recebimento – AR ou documento equivalente? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificada a informação do arquivo e recomendado o estabelecimento de rotina de escaneamento desses comprovantes para vinculação no sistema extradigital ao respectivo protocolo, para aumentar a segurança</p>
14	<p>São mantidos devidamente arquivados os mandados judiciais de sustação de protesto, com os respectivos documentos, até o trânsito em julgado da respectiva lide? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>O tabelião cumpre o art. 179 do Prov. CNJ n. 149/2023, o qual estabelece que “Não se negará a realização de ato registral ou protesto por falta de elementos novos ou dados novos, estipulados no presente Código”? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
16	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao acesso às informações sobre quaisquer protestos válidos lavrados pelos Tabeliães de Protesto de Títulos dos Estados ou do Distrito Federal? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Verificado mediante acesso ao sistema</p>
17	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à consulta gratuita às informações indicativas da existência ou inexistência de protesto, respectivos tabelionatos e valor? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Verificado mediante acesso ao sistema</p>
18	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de informação complementar acerca da existência de protesto e sobre dados ou elementos do registro, quando o interessado dispensar a certidão? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Verificado mediante acesso ao sistema</p>
19	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de instrumentos de protesto em meio eletrônico? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Verificado mediante acesso ao sistema. Na CENPROT-Pará foi identificada a existências de 02 pendências de análise que já haviam sido finalizadas na data da correição bem como um novo pedido que chegou durante a correição, conforme print de tela.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

20	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de declaração eletrônica de anuência para fins de cancelamento de protesto? CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências: Verificado mediante acesso ao sistema
21	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de requerimento eletrônico de cancelamento de protesto? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências: Verificado mediante acesso ao sistema
22	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de títulos e documentos de dívida, em meio eletrônico, para fins de protesto, encaminhados por órgãos do Poder Judiciário, procuradorias, advogados e apresentantes cadastrados? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências: Verificado mediante acesso ao sistema
23	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de pedidos de certidão de protesto e de cancelamento e disponibilização da certidão eletrônica? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências: Verificado mediante acesso ao sistema
24	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
25	Providências a serem adotadas: Ao final dos relatórios

RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES:

- RELATÓRIO COMUM A TODAS ÀS ATRIBUIÇÕES:

- 01.** Apresentar plano de ação ou a efetiva solução voltada à organização e adequação do espaço físico da serventia, com a indicação da data de mudança para o prédio novo (caso ainda não tenha ocorrido), devendo providenciar, inclusive, soluções alternativas para a organização do arquivo, regularização da refrigeração em espaço também adequado ao servidor de TI (Provimento CNJ 74/2018), bem como o encadernamento de todos livros já finalizados, catalogação e organização dos documentos e demais papéis da serventia **(ITENS 5 e 10). PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS**
- 02.** Apresentar Alvará de Funcionamento atualizado **(ITEM 9) PRAZO: IMEDIATO;**
- 03.** Comprovar que já providenciou a imediata impressão de todos os Livros Diário Auxiliar de Receitas e Despesas relativo ao período da gestão atual. **(ITEM 35) PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS.**
- 04.** Regularizar as pendências nas prestações de contas dos selos digitais, conforme relatório situacional da SEPLAN **(ITEM 47). PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- 05.** Realizar análise subjetiva para verificação dos indícios da prática de lavagem de dinheiro ou terrorismo, utilizando, para tanto, o campo de observações na comunicação ao COAF **(ITEM 63). PRAZO: IMEDIATO.**
- 06.** Adequar o sistema Extradigital para disponibilizar cadastros específicos com as informações relativas aos cadastros dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo eletrônico assim como de pessoas físicas e jurídicas com todos os dados elencados no art. 145, §§1º e 2º do Prov. N. 149/2023 **(ITENS 66 a 68). PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS.**
- 07.** Providenciar local técnico isolado com chave, com refrigeração e espaço adequados para o acondicionamento e segurança do equipamento servidor de T.I. **(ITEM 70). PRAZO: IMEDIATO.**
- 08.** Providenciar servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal **(ITEM 70). PRAZO: IMEDIATO.**
- 09.** Providenciar proxy para a serventia **(ITEM 70). PRAZO: IMEDIATO.**
- 10.** Concluir e manter atualizada a alimentação tempestiva das informações junto às Centrais Nacionais, em especial da CRC, observando o prazo de 01(um) dia para alimentação dos registros **(ITEM 76). PRAZO: 05(CINCO) DIAS.**

- RELATÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS:

- 01.** Apresentar plano de ação voltado à classificação e organização dos documentos do seu Ofício, regularizando, inclusive, os livros pendentes de encadernação. **(ITEM 01). PRAZO: 15 DIAS**
- 02.** Encaminhar as certidões de nascimento em que estabelecida apenas a maternidade via sistema PJE classe 123 – averiguação de paternidade/assunto 5804 – investigação de paternidade **(ITEM 06). PRAZO: IMEDIATO**
- 03.** Afixar aviso ostensivo nas dependências da serventia que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73 **(ITEM 15). PRAZO: IMEDIATO**
- 04.** Observar a inserção dos registros de forma tempestiva na Central de Registro Civil – CRC, as pendências identificadas durante a correção, conforme alertas extraídos do referido sistema, regularizando as pendências de alimentação do acervo pretérito **(ITEM 22). PRAZO: 15 DIAS**
- 05.** Observar o prazo de 24h remessa, ao SIRC, da relação dos nascimentos, natimortos, casamentos, óbitos, averbações, anotações e retificações registradas na serventia, devendo, ainda, regularizar todas as pendências de alimentação (digitalização e digitação) existentes no SIRC, conforme todos os relatórios de irregularidades extraídos, abstendo-se de realizar tal procedimento via CRC, salvo orientação diversa do INSS. **(ITEM 23). PRAZO: 30 DIAS**
- 06.** Comprovar o envio das informações requeridas pelo CNJ para inclusão dos dados das unidades interligadas junto ao Sistema Justiça Aberta **(ITEM 26): PRAZO 15 DIAS.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- RELATÓRIO DE TABELIONATO DE NOTAS

01. Apresentar plano de ação voltado à regularização definitiva da encadernação os livros do seu ofício **(ITEM 08). PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS.**

- RELATÓRIO DE TABELIONATO DE PROTESTOS

01. Regularizar a escrituração do Livro de Protocolo conforme disposto no art. 32, da Lei nº 9.94/97 **(ITEM 7). PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS.**

02. Estabelecer rotina que inclua o escaneamento e inclusão no sistema Extradigital dos comprovantes de recebimento das intimações vinculadas aos respectivos protocolos **(ITEM 130. PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS.**

- DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo I – Portarias e quadro de funcionários

Anexo II – Certidões, comprovantes e formulários da Serventia, inclusive RIPD e Política de Privacidade e Proteção de Dados

Anexo III – Consultas às Centrais Nacionais e comprovantes de consultas (SIRC, CRC e CENPROT)

Anexo IV – Fotos da Serventia

Belém, data da assinatura eletrônica.

LUCIO BARRETO
GUERREIRO:8176

Assinado de forma digital por
LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176
Dados: 2025.01.14 10:25:53 -03'00'

LÚCIO BARRETO GUERREIRO
Juiz Corregedor da CGJ

MONIQUE SOARES
LEITE:84396580282

Assinado de forma digital por
MONIQUE SOARES LEITE:84396580282
Dados: 2025.01.16 10:02:01 -03'00'

MONIQUE SOARES LEITE
Analista Judiciário da CGJ